

VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE A ESTRUTURA E A SUPERESTRUTURA NO BRASIL: ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS TEXTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ANUAIS DO BANCO DO BRASIL (1853-1902)

ORGANIC LINK BETWEEN THE STRUCTURE AND THE SUPERSTRUCTURE IN BRAZIL: CONTENT ANALYSIS OF THE TEXTS OF THE FINANCIAL STATEMENTS AND ANNUAL REPORTS OF BANCO DO BRASIL

SAMIR SAYED

Universidade Federal de São Paulo (UFSP). E-mail: sayed_sp@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo analisa a utilização da contabilidade como instrumento ideológico com fins hegemônicos pelos grupos dominantes nacionais, mostrando o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura no Brasil. Como método, realizamos um estudo histórico crítico com abordagem qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977) a partir de documentos primários, pelas teorias de Karl Marx e Antonio Gramsci. Identificamos os benefícios e as relações para os detentores dos meios de produção por meio financiamento da produção cafeeira, as relações (espúrias) entre o governo e o banco, por meio da política de crédito da instituição, trabalho escravo, regulamentos e legislações que favoreciam ambos. Inferimos que os textos contidos nas demonstrações financeiras enquanto instrumentos de propagação ideológica apontam (i) a criação da superestrutura necessária à estrutura, com a criação da “realidade” de que o café era um bem nacional, de todos e (ii) o isolamento de classes e regiões menos favorecidas, especialmente as da região norte do Brasil. Como contribuição, este trabalho buscou debater a contabilidade em aspectos mais amplos como a sociedade e seus conflitos, fornecendo elementos acerca das contradições dos sistemas econômico e social dominantes.

Palavras-chave: *Contabilidade crítica. Ideologia. Hegemonia. Estrutura. Superestrutura.*

Abstract: *This study analyzes the use of accounting as an ideological instrument with hegemonic purposes by the national dominant groups, showing the organic link between structure and superstructure in Brazil. As method, we carried out a critical historical study with a qualitative approach, through the Bardin's content analysis (1977) using primary documents, supported by the theories of Karl Marx and Antonio Gramsci. We identified the benefits and relationships for the holders of the means of production by financing of coffee production, the (spurious) relationships between the government and the bank, by the institution's credit policy, slave labor, regulations and legislation that favored both. We infer that the texts contained in the financial statements while instruments of ideological propagation point (i) the creation of the superstructure necessary for the structure, with the creation of the “reality” that coffee was a national good, for everyone and (ii) the isolation of disadvantaged classes and regions, especially those in the northern portion of Brazil. As a contribution, this work sought to discuss accounting in broader aspects such as society and its conflicts, providing elements about the contradictions of the dominant economic and social systems.*

Keywords: *Critical accounting. Ideology. Hegemony. Structure. Superstructure.*

1 INTRODUÇÃO

Por meio de uma perspectiva crítica, a contabilidade pode ser entendida como uma ferramenta de disseminação ideológica e com fins hegemônicos (TINKER, MERINO ; NEIMARK, 1982; CHABRAK, HASLAM ; OAKES, 2019; LAUTOUR, WICKRAMASINGHE ; BERLAND, 2019; EZZAMEL, XIAO ; PAN, 2007; COOPER, 1995; XU, CORTESE ; CHANG, 2015; SPENCE, 2009; SAYED, 2020). É comumente acreditado, tanto dentro quanto fora da comunidade contábil, que a contabilidade é independente e neutra, sobretudo na questão de conflitos sociais. Este fato é decorrente da influência do pensamento econômico baseado na utilidade que resulta na contabilidade como instrumento, que reforça interesses de grupos particulares na sociedade (TINKER, MERINO ; NEIMARK, 1982, p. 167). Na mesma direção, a contabilidade serve a interesses restritos, prejudiciais à justiça e ao bem-estar social (TINKER ; CARTER, 2003). A contabilidade tem a capacidade de criar e controlar a realidade: isso se traduz em poder para aqueles que a usam, já que sustenta e legitima mitos e fatos, mascara conflitos e perpetua uma ordem social (BAKER ; BETTNER, 1997).

Os estudos fundamentados nos conceitos de Karl Marx e outros no sentido de delinear uma teoria crítica que é a práxis social. Tentar revelar os mecanismos ocultos, os nexos, as mediações de uma determinada realidade, a produção e reprodução da sociedade, não é confirmar o estado atual, é superar, é ser crítico. Revelar a ilusão é postular sua transformação, é lutar. Portanto, é práxis social. Quando o funcionamento da sociedade é revelado, a ilusão necessária para sua manutenção. Marx, ao refletir sobre o mundo burguês, tem uma forte ligação histórica. Sua teoria nasce da práxis e pretende ser práxis (HORKHEIMER, 1983).

Durante o século XIX, o Brasil viveu um de seus períodos de maiores mudanças sociais, políticas e econômicas, decorrentes da instalação da corte portuguesa no país em 1808. Assistimos a muitos acontecimentos importantes, como a independência, a mudança de nossa monocultura exportadora (café), foi oficialmente abolida a injustiça humanitária com os escravos, a mudança de regime político, o início das atividades industriais etc. primórdios do capitalismo no Brasil. O ambiente sociopolítico também passou por grandes transformações nesse período, como a institucionalização do Império brasileiro (1822 a 1889), a independência de Portugal (1822), a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), a República Militar (1889-1904) e a República Oligárquica terminada em 1930. Porém, não há como negar o clichê do Império e das primeiras décadas da República: o Brasil era café e o café era Brasil! Ainda baseada no modelo agroexportador, a economia brasileira começa a dar os primeiros sinais de diversificação e industrialização, como, por exemplo, na produção de charque no sul do país e no desenvolvimento da cultura do algodão e da indústria têxtil indústria, a fim de fornecer tecidos para a Inglaterra. Conforme afirma Prado Jr. (2012), embora as primeiras mudas da planta tenham surgido no norte e nordeste do país, é no século XIX que o eixo se desloca para o Sudeste-Sul, mais notadamente a partir da segunda metade.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a utilização da contabilidade como instrumento ideológico com fins hegemônicos pelos grupos dominantes nacionais, mostrando o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura no Brasil. Para esse fim, usaremos os textos constantes nas demonstrações financeiras e relatórios anuais do Banco do Brasil no período compreendido entre 1853 e 1902. A escolha dessa unidade de estudo é explicada por se tratar de uma instituição secular (sua primeira fundação se dá no ano de 1808, com a chegada da família real portuguesa no país, ainda presente nos dias atuais), caracterizada por ser junção e representante dos poderes político e econômico brasileiro (NETTO, 2009; GAMBI, 2010). Para isso, apresentamos nessa pesquisa um estudo histórico de caráter crítico e com abordagem qualitativa, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977), utilizando documentos primários, amparada nas teorias de Karl Marx (1818 – 1883) e de Antonio Gramsci (1891 – 1937), sobretudo nos conceitos de estrutura e superestrutura (Marx), bem como em ideologia e hegemonia (Gramsci).

Evidenciamos em nossa análise a ocorrência da usurpação da contabilidade pelas classes dominantes nacionais, que a utilizaram como instrumento ideológico com fins hegemônicos por meio

da necessidade da disseminação da ideia de que o Brasil era só café e todos os esforços deveriam se direcionar para tal fim. Argumentamos que esse fenômeno evidencia o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura no país, já que a concepção de mundo a ser criada e difundida era aquela que beneficiava os grupos dominantes da dinâmica econômica do Brasil no período estudado.

Como contribuições, ansiamos, pois, debater a contabilidade e demonstrar a relevância no seu estudo em aspectos mais amplos, como sociedade e conflitos. Não menos importante que o apontado anteriormente, também que este trabalho seja um incentivo às formas ditas alternativas de se fazer pesquisa, sobretudo no ambiente científico contábil brasileiro. Em nossa pesquisa, diferentemente do objetivismo da pesquisa *mainstream*, a realidade é contingente à prática dos seres humanos (CROTTY, 1998). Nesse sentido, argumentamos que o conhecimento deve ser gerado (principalmente nas “ciências” tidas como sociais ou humanas) para libertar os homens de cenários e condições repressivas, o que impede seu entendimento de ser enquanto ser. Desta forma, em uma abordagem mais ampla, a pesquisa crítica na vertente marxista deve ter sempre a práxis como seu objetivo final, fornecendo elementos para a elucidação das contradições do sistema, incitando, por fim, a ação (política).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos históricos sobre o Brasil e o Banco do Brasil no século XIX e início do século XX

No século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa (1808), a vida na colônia e os seus costumes mudaram drasticamente.

Segundo Alencar, Carpi e Ribeiro (1994), o Rio de Janeiro foi a cara de toda essa modernização, com iluminação a gás e água encanada. Os teatros, os bailes, as influências na Corte, os favores: a cidade se preparava. Hábitos simples até então desconhecidos como comer com talheres ao invés de usar a mão. Mesmo para os fazendeiros, vir para as grandes cidades era como um banho de civilização. Mas os valores ainda são aqueles ligados à aristocracia agrária, incluindo as classes médias autônomas, que tinham as principais reivindicações muito semelhantes às dos latifundiários.

Cria-se uma imensa variedade de entidades governamentais que antes existiam apenas na metrópole: “para muitos, o gigantismo burocrático era uma forma de justificar a presença de tantos gorgulhos-de-bico-branco na colônia. (ALENCAR, CARPI; RIBEIRO, 1994). Afinal, era preciso atribuir funções a todos os membros do Tribunal e seus associados. Uma dessas instituições foi o Banco do Brasil.

No mesmo período, nos primeiros anos do século XIX, as mudas de café começaram a proliferar no território nacional. Assim, por quase três quartos de século o Brasil terá o café como instrumento de concentração de renda. Prado Jr (2012) afirma que “a célebre frase, o Brasil é café, pronunciada no Parlamento do Império e posteriormente amplamente popularizada na República, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto no âmbito do país como no conceito internacional, o Brasil era efetivamente, e somente o café.” (p. 167). A dinâmica econômica mudou do Nordeste para o Sudeste do país.

Viotti da Costa (2010, p. 11) traça um panorama da elite brasileira que “toma o poder em 1822”, composta por fazendeiros, comerciantes e sua clientela, intimamente ligada à dinâmica de importação/exportação, interessada, sobretudo, em “manter estruturas tradicionais de produção, cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade”. Na visão do autor, há um expurgo de pensamentos liberais e de um espírito elitista antidemocrático, incluindo a subordinação da Igreja ao Estado.

Uma das instituições criadas com a chegada da aristocracia portuguesa foi o Banco do Brasil. A sua primeira fundação data de 1808, constituída por um capital de 1.200 contos de réis, dividido em 1.200 quotas com valor nominal de 1 conto cada (BANCO DO BRASIL, 2010, p. 10). Mostramos os principais acontecimentos ocorridos neste primeiro século de existência:

Tabela 1 - Banco do Brasil e seus principais eventos societários

Ano	Evento
1808	Fundação do primeiro Banco do Brasil por D. João VI
1829	Liquidação por lei do primeiro Banco do Brasil
1851	Fundação do segundo Banco do Brasil pelo Barão de Mauá (privado)
1853	Fundação do novo Banco do Brasil com intervenção imperial, por meio da fusão do Banco do Brasil de Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro
1893	Fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, com nova denominação, Banco da República do Brasil
1905	Por decreto de dezembro daquele ano, passou a se chamar Banco do Brasil, que permanece até os dias atuais.

Fonte: BB, 2010, p. 210

O segundo nascimento (relevante para nossa pesquisa) do Banco do Brasil data de 1851, promovido pelo Barão de Mauá, que dois anos depois fundiu a instituição com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, considerado a primeira operação desse tipo no setor bancário no país. Iniciou suas atividades dois anos depois, em 1853. (BB, 2010, p. 51).

Nesse evento, o Banco do Brasil foi elemento central em todos os debates, alvo de ataques e defesas; no entanto, “a sua posição era de constante constrangimento, não só porque nem sempre coibiu os excessos de emissões, mas também porque não conseguiu sustentar (...), por defeito de origem, a suficiência do seu fundo disponível (...)”. (PACHECO, 1973, p. 199).

As críticas começam a aumentar: os temores foram levantados sobre sua estabilidade e solvência. Mas a situação era estranha, pois, embora em grande crise institucional e conjuntural, “registava lucros que canalizavam vantagens para os seus acionistas, o que era chocante numa altura em que a guerra externa era uma fuga insaciável de recursos, sobretudo os preciosos e sempre escassos moeda metálica” (BB, 2010, p. 58): “as somas que o Tesouro retirou de circulação para cobrir despesas com a guerra não teriam sido inferiores a 40.000:000\$000 (...)” (BB, 2010, p. 60). Em muitas ocasiões, o governo sequer solicitou os recursos, apenas enviou cartas exigindo entregas ao Tesouro.

Porém, o choque mais grave ocorreu com o fim da escravidão na década de 1880, que ocasionou a perda de muitas garantias, já que o banco realizou inúmeras operações avalizadas pelos recém-abolidos, além das dificuldades trazidas pelo aumento da produção, e consequentemente, trabalhadores assalariados para exercer as atividades outrora exercidas pelos libertos (PACHECO, 1973).

Esses primeiros anos da República (1889), tanto militares quanto civis, foram marcados por problemas sociais, acarretando grandes gastos para o governo e também pela incipiente crise da superprodução de café assistido nas primeiras décadas do século XX, acompanhando a questão das cédulas de empresas: febre especulativa. Nessa transição de poder político, o Banco do Brasil não passou incólume, pois ainda vivia os percalços da abolição da escravatura, em que viu suas garantias perderem totalmente o valor e seus devedores encontrarem muitas dificuldades no cumprimento de suas obrigações. Mas as suas relações foram muito cordiais com o ministro das Finanças, chegando a oferecer, com a extinção da carteira hipotecária, auxílio ao crédito público. (BB, 2010, p. 63).

Porém, um fato importante é a nova fusão do Banco do Brasil, agora com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, instituição que passou a se chamar Banco da República do Brasil, com o Governo novamente elegendo presidente e vice-presidente (de nove membros do da diretoria), com poder de veto, muito semelhante ao de 1853. Esse evento foi aprovado em 1893: “o novo banco nasceria, solidamente amparado por recursos governamentais” (BB, 2010, p. 97).

2.2 Conceitos fundamentais da obra de Karl Marx

Karl Marx nascido na Prússia em 1818 foi um dos maiores pensadores do socialismo. Sua obra em economia, sobretudo, é base para boa parte do entendimento atual sobre o mundo do

trabalho e sua relação com o capital. Publicou várias obras e ensaios, sendo O Manifesto Comunista (1848) e O Capital (1867-1894) os mais proeminentes (MUSTO, 2013, p. 35).

A teoria de Marx sobre a sociedade, a economia e a política sustenta que as sociedades humanas progridem por meio da luta de classes, isto é, o conflito entre uma classe social que controla os meios de produção e a classe trabalhadora, que fornece a mão de obra para a produção (MUSTO, 2013). Na tentativa de entender a organização e funcionamento da sociedade capitalista, Marx (1993) divide a dinâmica social em estrutura e superestrutura. A estrutura compreende as forças de produção, compostas pelo conjunto formado pela matéria-prima, pelos meios de produção e pelos trabalhadores. Isto é, corresponde a base econômica da sociedade, onde ocorrem as relações de trabalho, marcadas pela exploração dos trabalhadores no processo de capitalista (MARX, 1993). Já a superestrutura é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio e consequente hegemonia (MARX, 1993). Ou seja, o composto da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica. Nesse sentido, o Estado está sempre à disposição da classe dominante, objetivando, assim, manter o status quo (MUSTO, 2013).

Já a ideologia na concepção marxiana seria a tentativa de tornar certas ideias como verdadeiras e aceitas pela sociedade, porém sendo elas nascidas e disseminadas pela classe dominante de acordo com seus próprios interesses (MARX, 1993, p. 72): “(...) as ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.” Nessa direção, a ideologia cumpriria o papel de justificar as relações de trabalho e a existência das desigualdades sociais, bem como a exploração do homem sobre o homem (BRYER, 1999, p. 704).

Bryer (2005) ao estudar a contabilidade e a obra de Karl Marx, argumenta que a contabilidade apóia diretamente a teoria de Marx, porque os capitalistas medem o lucro realizado como se fosse uma mais-valia extraída de seus trabalhadores e é por isso que a soma dos lucros é igual à mais-valia total.

Adicionalmente, Bryer (1999) argumenta que a teoria do valor do trabalho de Marx é claramente superior à teoria marginalista como base para descrever e explicar o papel e as práticas do financial reporting no capitalismo.

Maldonado (2013) aponta que o estudo marxista do capital e seu ciclo permitem entender várias questões contábeis como os custos incluídos pelos capitalistas no custo de produção, a depreciação do seu capital fixo, bem como a determinação e mudanças dos preços dos produtos com base em um processo de exploração da força de trabalho.

Cooper (2015) afirma que profissão e a academia contábil implementaram e propagaram tecnologias e racionalidades que possibilitaram, legitimaram e impulsionaram as atividades dos negócios em instituições gerais e financeiras; nessa direção, argumenta que as estruturas intuitivas da contabilidade significam que ela é suscetível de ser capturada pelos mais poderosos, detentores da base estrutural da sociedade.

2.3 Conceitos fundamentais da obra de Antonio Gramsci

Antonio Gramsci trabalhou ativamente como jornalista de esquerda no primeiro quarto do século XX. Refletiu sobre os conceitos marxianos nos Cadernos do Cárcere, obra compilada no período em que esteve na prisão (BIANCHI, 2008, p. 10).

Gramsci (1999) entende que para a formação de um bloco histórico é fundamental que a superestrutura e a estrutura estejam organicamente ligadas. Essa organicidade pode ser entendida como “a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (PORTELLI, 1977, p. 47).

Gramsci (1999) estudou as características essenciais de todo movimento superestrutural orgânico, sublinhando dois aspectos: (i) qualquer ato ou ideologia orgânico deve ser necessário aos grupos sociais e dirigi-los de acordo com as condições socioeconômicas: enquanto historicamente

necessárias, estas têm uma validade psicológica; organizam as massas humanas, formam o terreno onde os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc e (ii) devido a isso, os movimentos superestruturais orgânicos adquirem caráter permanente.

Para Portelli (1977, p. 48), representam a ideologia, a política dos diversos grupos sociais e, nesse sentido, dão lugar à crítica histórica-social, que se dirigem aos vastos agrupamentos, além das pessoas diretamente responsáveis, além do grupo dirigente. Apenas na medida em que os movimentos superestruturais respondam a essas condições orgânicas, serão o reflexo da estrutura e formarão, assim, um bloco histórico.

Entretanto, Nogueira (2003, p. 185) lembra que o conceito gramsciano é “empregado basicamente para caracterizar a capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente e estabelecer um novo campo de liderança”: deve-se evitar a aproximação do uso de Gramsci, com seu uso coloquial, de raízes militares, como força, como imposição. Todavia a expansão não poderia aparecer como a realização dos interesses dos grupos diretamente beneficiados, devendo se aparentar como uma expansão universal, ou seja, a expressão de toda a sociedade (GRAMSCI, 1999).

Nessa direção, essa concepção da classe dirigente, isto é, a ideologia deve se espalhar para toda a sociedade: para isso a filosofia e história se identificam nesse momento (BIANCHI, 2008, p. 95).

Qualquer filosofia histórica e orgânica deve se prolongar por meio do senso comum, que, segundo Portelli (1977, p. 25) é garantido pela “política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico” e, consequentemente, garante a hegemonia dos grupos dirigentes ao longo do período histórico analisado.

Outro fenômeno tratado pelo cárcere é o do transformismo, que consiste na agregação dos intelectuais das classes subalternas à classe política, para decapitar a direção desse grupo (GRAMSCI, 1999).

A ferramenta mais eficaz para esse fim é a absorção ideológica, capaz de conformar as novas forças aos interesses vitais do grupo dominante. O objetivo é simples, a perpetuação da dominação, impedindo de maneira acintosa a formação de elites intelectuais dos demais grupos. Nesse sentido o movimento sociopolítico relevante ao transformismo é o de revolução passiva, isto é, aquela não-jacobina, de dois tipos, a primeira sem participação das massas, tal qual no Risorgimento Italiano e a segunda com o impedimento de progresso dissimulado de classes sociais que avançam (BIANCHI, 2008, p. 128).

No tocante às relações, os intelectuais também controlam o camponês, sendo seu modelo social, desviando-o, dessa maneira, do projeto de revolução. Afirma Gramsci (1999, p. 11) que “o camponês sempre pensa que pelo menos um de seus filhos poderia vir a ser um intelectual (especialmente um padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível da família e facilitando sua vida econômica pelos contatos que ele não deixará de ter com os outros senhores.”

Assim, Portelli (1977, p. 100) elucida que o intelectual rural, do campo não é intelectual orgânico do campesinato, mas sim da classe dominante. Além disso, Portelli (1977, p. 101) também aponta outra função dos grandes intelectuais que é a de desarmar ou coibir qualquer tentativa de ruptura da ideologia em benefício das classes subalternas, isolando seus intelectuais e, ao mesmo tempo, inserindo-os no sistema cultural “desligado do contexto social” da classe dominante.

A “concepção de mundo”, como referido por Gramsci (1999), era voltada e incentivada estritamente com ambições ao lucro, como algo normal e natural, em cooptação da dinâmica estrutural no tocante à vida das pessoas como um todo (BIANCHI, 2008, p. 141).

Especificamente em contabilidade, Xu, Cortese; Zhang (2009, p. 447) ao estudar a hegemonia do Partido Comunista Chinês durante o período de transição de 1949-1957 na China apontam que alterações no sistema contábil são tidos como resultado da força de intelectuais contábeis essenciais para mobilizar culturas intelectuais e morais por meio da difusão do conhecimento e da educação: essa difusão ideológica faz parte do aparato institucional que consolidou a hegemonia política daquele grupo.

Spence (2009, p. 205) argumenta que a intenção emancipatória do projeto de contabilidade social ainda pode ser realizada, embora isso exija uma reavaliação da fé que até agora foi colocada na empresa como agente de emancipação.

Cooper (1995) analisa o papel da contabilidade na manutenção do capitalismo, demonstrando as várias dimensões nas quais a hegemonia e ideologia capitalistas são colocados em ação por meio das práticas e retórica contábil.

3 METODOLOGIA

Com intuito de atingir o objetivo da pesquisa foi realizado um estudo histórico com dados primários de caráter crítico e com abordagem qualitativa, que se utiliza da análise de conteúdo de Bardin (1977) amparado nas teorias de Karl Marx (1818 – 1883) e de Antonio Gramsci (1891 – 1937).

3.1 Coleta de dados

Os dados primários foram obtidos pessoalmente no Museu Histórico do Banco do Brasil, localizado no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro à Rua Primeiro de Março, 66 – Rio de Janeiro (RJ).

Inicialmente foram contatadas as responsáveis pelo acervo histórico solicitando visita e acesso aos documentos. Foram efetuadas seis viagens ao Rio de Janeiro durante março de 2015 e fevereiro de 2016.

3.2 Análise dos dados

Os dados foram estudados pela ótica da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), definida como um conjunto de procedimentos de análise de comunicações, no que se refere a descrição dos conteúdos das mensagens, compreendendo seus sentidos manifestos ou latentes, explícitos ou ocultos, sobretudo por meio da codificação.

As etapas da análise de conteúdo segundo Bardin (1977) envolve três fases: (i) pré-análise, (ii) exploração e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise há um primeiro contato com os documentos, sua seleção, formulação dos objetivos e das hipóteses, bem como a criação de índices ou indicadores. Na fase de exploração ocorre a definição dos codificadores e das respectivas unidades de registro ou significação. Por fim o tratamento dos resultados, inferência e interpretação há a condensação para a análise, correspondendo ao momento da intuição, da reflexão e da crítica.

Apresentamos nesta seção da pesquisa as fases de pré-análise (item 3.2.1) e de exploração (item 3.2.2). Na sequência, apresentamos os resultados da pesquisa (item 4), especificamente o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

3.2.1 Pré-análise

Nessas visitas foram obtidos os relatórios bancais semestrais de 1853 a 1902 que correspondem em suma às demonstrações financeiras, notas explicativas detalhadas bem como pareceres da diretoria e do conselho fiscal. Os mesmos foram lidos e digitalizados.

Após a obtenção e digitalização dos dados da pesquisa, efetuamos duas leituras dos mesmos. A primeira superficial, com o intuito de se familiarizar com a forma de divulgação das informações pela instituição. A segunda, mais atenta, a fim fazer a seleção dos trechos documentais a serem analisados, bem como auxiliar no desenvolvimento dos objetivos e hipóteses. Em consonância com o objetivo da pesquisa, buscamos na pré-análise efetuar a identificação nos dados coletados das forças materiais, estruturais.

Adicionalmente, obter possíveis mensagens explícitas ou ocultas, que explicitem a questão superestrutural, ideológica. Nesse sentido, objetivamos captar as mensagens divulgadas pela entidade, com intuito de identificar a concepção de mundo a ser criada/disseminada, ou seja, qual ideologia que o grupo dominante pretendia difundir. Nossa hipótese ancorada nas teorias marxianas e gramscianas é baseada no vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura, indicando que a contabilidade enquanto instrumento de divulgação seria captada pelos grupos dominantes como ferramenta ideológica com fins hegemônicos, perpetuando, assim, sua dominação.

Consequentemente, foi possível desenvolver os indicadores da análise, que contribuirão para a confecção dos codificadores na etapa de exploração de dados do trabalho, a saber: (i) produção cafeeira como bem nacional, (ii) lavoura, agricultura (agricultores), (iii) atual região Sudeste do Brasil (e suas províncias), (iv) menções e vínculos da Instituição com o Estado (Império e República), (v) atuais regiões Norte e Nordeste do país (e suas províncias).

Os indicadores (i, ii, iii e v) foram determinados, pois nos permitem a identificação e análise da dinâmica estrutural do período – monocultura cafeeira – tida como a base econômica do país à época (NETTO, 2009). O indicador iv foi determinado pela indicação da teoria marxiana de que o Estado (conceito de Estado Ampliado em Gramsci) está a serviço das classes dominantes na manutenção do status quo (MARX, 1993).

3.2.2 Exploração dos dados

Após a fase de pré-análise, entramos na exploração dos dados em que há a definição explícita dos codificadores e unidades de significação. Nessa fase ocorre enquadramento dos dados, identificando os atores e as formas de atuação. A tabela 2 sumariza as codificações utilizadas dessa pesquisa, bem como as unidades de significação:

Tabela 2 - Conceitos, indicadores, codificadores e unidades de significação

Conceitos	Indicadores	Codificadores e unidades de significação
Estrutura	Lavoura; agricultura (agricultores); atual região Sudeste (e suas províncias); atuais regiões Norte e Nordeste (e suas províncias).	(a) Favorecimento às regiões produtoras de café e detentores dos meios de produção (porção meridional do país) (b) Isolamento das classes dominantes e regiões mais pobres (porção setentrional do país)
Superestrutura a. Hegemonia e Ideologia	Produção cafeeira como bem nacional; menções e vínculos da Instituição com o Estado (Império e República)	(c) Criação da superestrutura necessária à estrutura: criar a realidade de que o café era um bem nacional, de todos (d) Sistema de solidariedade das classes dominantes em relação às outras classes: transformismo do intelectual rural e controle do camponês

Fonte: preparado pelo autor

Na codificação acima apresentada, a estrutura fica representada pela junção das forças de produção detidas pelos grupos dominantes, composta pelos capitalistas do Banco do Brasil – proprietários do capital, incluindo o Estado – e produtores de café, sobretudo os grandes fazendeiros, com cooptação dos pequenos e médios produtores, culminando na tentativa de transformismo do intelectual rural bem como no controle do camponês. A superestrutura é representada pela disseminação da ideologia capitalista da transformação do café como bem público, quando na verdade privilegia os mesmos grupos dominantes – ideologia do grupo dominante – com fins hegemônicos, de perpetuação da ordem social.

O objetivo é evidenciar a articulação entre Estado e dos detentores dos meios de produção e do capital, analisando a atuação do Banco do Brasil em prol dos cafeicultores e do próprio banco (e seus acionistas, incluindo o Estado), eclodindo com a disseminação da ideia geral de que estes deveriam ser incentivados a qualquer custo para o bem do Brasil em detrimento do restante da sociedade brasileira.

4 TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO

Evidenciamos nessa parte do trabalho os tratamentos dos resultados, inferência e interpretação. Nessa fase ocorre a condensação dos dados analisados, sua reflexão e crítica (BARDIN, 1977).

Apresentamos esta seção segregada em duas partes oriundas das codificações efetuadas na fase de exploração, a saber: (4.1) favorecimento material às regiões produtoras de café e para os detentores dos meios de produção (porção meridional do país) e a disseminação da superestrutura necessária à estrutura: criar a realidade de que o café era um bem nacional, de todos, inclusive com sistema de solidariedade com pequenos produtores com intuito de transformismo do intelectual rural e (4.2) sobre a tentativa de isolamento das classes subalternas e regiões mais pobres (porção setentrional do país).

4.1 Favorecimento às regiões produtoras de café e detentores dos meios de produção da porção meridional do Brasil

Historicamente, desde os primórdios da colonização portuguesa, fomos sempre um país agroexportador/extrativista, geralmente monocultor: passamos pelo pau-brasil, açúcar, ouro e culminamos no café nos séculos XIX/XX. Nossa construção histórica-moral foi elaborada com esse pano de fundo (FURTADO, 2007; PRADO JR, 2012). Sobretudo após a metade do século XIX, o café aparece como esperança e, como verificado na análise abaixo, talvez a única, no objetivo de geração de divisas para esse país novo, com problemas sociais antigos (NETTO, 2009).

O Banco do Brasil não passa ao largo dessa situação já que o crescimento de sua carteira foi sustentado praticamente por capitais emprestados a esse tipo de devedor. No início dos anos de 1870, começam a ser verificados as primeiras menções da importância do café para o Brasil e para a instituição financeira (BB, 1871, p. 14):

(...) E sabido que as instituições de credito rural ou agrícola tem por fim resolver o problema de **empréstimos de capitaes á lavoura a juro modico e lenta amortização, visto como a natureza desta industria não permite avultados lucros nem reproducção rápida dos capitaes nella empregados (grifo nosso)**. (...) Os fins da instituição não estão portanto satisfeitos: o prazo é curto, a contribuição suportada pelo devedor é grande na maioria dos casos superior ás forças da sua producção. O lavrador vê com terror approximar-se a época do vencimento da sua hypotheca, que o colloca á mercê do credor.

A regularidade com que tem sido feito o pagamento dos juros e amortização de nossa hypotheca parece contrariar o que levamos dito: mas essa regularidade, que honra sobre modo dos nossos lavradores, é conseguida á custa de sacrificios, de que estão isentos sómente aquelles cujo débito é relativamente inferior ao valor da propriedade hypothecada (grifo nosso). São comissários que, com mira nas futuras colheitas, fornecem ao lavrador os recursos de que necessita para a satisfação de seus empenhos no banco.

Este estado não póde durar muito tempo, e a deficiência de uma colheita é bastante para constituir a divida em mora, e coagir talvez a Administração do Banco a fazer valer seus direitos contra o devedor afim de acautelar os interesses do estabelecimento.

Com obviar a estas imperfeições que todos reconhecem no mecanismo da instituição, **creada para o effeito de animar e facilitar os melhoramentos da produção agrícola, a industria quase exclusva deste paiz (grifo nosso)**. Segundo calculos razoaveis a lavoura em estado normal deve produzir a média de 6% do capital encorporado na terra, machinismo e outros instrumentos de trabalho.

Não escapa, por certo, á vossa illustração as vantagens que resultarião para o Banco do uma modificação neste sentido no regimen das hypothecas (grifo nosso).

Mas para que tenha lugar semelhante modificação é necessário dilatar o prazo da duração do Banco, e minorar o onus do resgate das notas circulantes reduzindo-o a uma proporção mais equitativa, afim de que o Banco do Brazil fique habilitado para continuar a prestar novos auxílios á lavoura que os demandar.

Como vêdes a realização destes idéias depende de concessões de favores que só os Altos Poderes do Estado podem fazer (grifo nosso).

Se depois de reflectido estudo julgardes que o Conselho deve impetrar aquellas alterações, **é de esperar que os Poderes do Estado não recusarão os meios de que necessitamos para conseguir o fim de emprestar á lavoura capitaes a juro nunca maior de 6%, com amortização lenta e desassombrada (grifo nosso).**

Nesse ponto, devemos lembrar que os estatutos do banco à época previam uma duração máxima de tempo para a existência da instituição e que devido as peculiaridades da produção cafeeira, lenta e vagarosa, os prazos dos empréstimos hipotecários deveriam ser longos, muito longos. Assim, sempre recorrendo aos poderes de estado, são mencionados em 1872, as regiões de atuação da carteira hipotecaria do Banco, bem como as condições requeridas anteriormente e agora aprovadas (BB, 1872, p. 21):

A escassez na colheita do café o anno passado influio sobre a regularidade do serviço da divida hypothecaria.

Esta mora de caracter todo transitorio, nenhum receio inspira á Administração do Banco, que concedeu aos devedores prazo razoável para o pagamento de seus compromissos até á exportação da nova colheita. Minorados os encargos que pesão sobre os contratos hypothecarios, resultado que se há de conseguir com as providencias que solicitamos dos altos poderes do Estados, e alargada a zona das operações a outros municípios das províncias de S.Paulo e Minas, o futuro da Caixa Hypothecaria se apresenta debaixo de melhores auspícios(...) Os capitaes não podem encontrar emprego mais seguro não só quanto á solvabilidade do devedor, como quanto á pontualidade na prestação da renda: além da garantia do emissor, o Banco do Brazil (que só por si é plena) e aos quaes se prende inteiramente a futura grandeza do paiz (grifo nosso).

Percebemos aqui a visão dominante de que a grandeza do país depende do sucesso da produção do café, responsável por alimentar os cofres do governo e dos acionistas. E que para atingir o objetivo, deveriam ser tomadas atitudes para com esse bem nacional, como uma ideologia, uma concepção de país (GRAMSCI, 1999; BIANCHI, 2008). Mesmo com todos os problemas advindos do risco de crédito, decorrente da dinâmica cafeeira, a postura era de complacência e ajuda direta e irremediável a tal grupo, demonstrando o vínculo orgânico entre poder político e econômico assim como apontado por Portelli (1977) e Nogueira (2003). No ano seguinte, é mencionado projeto de lei que destina favorecimentos a essa classe crescente em território nacional, os detentores da “grandeza do paiz” (BB, 1873, p. 5):

Depois da vossa ultima reunião foi discutido e votado pela Camara dos Srs. Deputados um projecto de lei, concedendo, com algumas modificações, as medidas solicitadas pelo Banco do Brazil em sua representação aos Poderes do Estado. Remetido para o Senado, está hoje dependente da aprovação do segundo ramo do Poder Legislativo, **de cujo illustração e patriotismo devemos esperar que ainda este anno seja convertido em lei do Paiz o referido projecto, para satisfação dos bem entendidos interesses deste Banco, e da lavoura, que anhele pelos favores ahi consignados (grifo nosso).**

Vejamos que trata-se de uma questão de patriotismo, a conversão em lei de ajuda direta aos cafeicultores: a “satisfação dos desejos do banco e da lavoura.” (BIANCHI, 2008; PORTELLI, 1977). Além disso, as benesses com esse tipo de devedor são explícitas (BB, 1873, p. 22-23):

Continuação ainda em atrazo de juros e amortização alguns de nossos devedores hypothecarios.

Na cobrança a que se procede com actividade, **procura a Administração conciliar os interesses do Banco com os desses devedores (grifo nosso)**, nem usando de excessivo rigor que redundaria no dismantelamento de muita propriedade agricola, nem tambem cedendo a suggestões de demasiada brandura que iria acorçoar a indolencia, e fazer perigar garantias do Banco.

Não demorou e a lei foi aprovada. Evidenciamos abaixo a sua aprovação e a visão da instituição (BB, 1874, p. 7):

Pela referida lei e subsequente accordo, o prazo de duração do Banco foi prorrogado por mais 14 annos até 31 de Dezembro de 1900, e a amortização annual de sua emissão era de 5 a 8% foi reduzida a 2 ½ % ; por sua parte, o **Banco obrigou-se a elevar o capital de sua caixa hypothecaria a 25,000:000\$000, além do que fôr apurado nos titulos em liquidação pertencentes á mesma caixa, e a emprestar-os á lavoura dentro de tempo breve com juros de 6% e amortização de 5% ao anno. Além disso, a zona das operações hypothecarias, que só abrangia a Provincia do Rio e termos limitrophes das Provincias de S.Paulo, Minas e Espirito Santo foi estendida (...).** (grifo nosso)

(...) Para harmonizar os Estatutos da Caixa Filial de S.Paulo com os da sua Matriz propoz o Conselho Director a reforma dos Estatutos que a região desde 16 de Outubro de 1867, os quaes forão approvados pelo decreto n.5,624 de 2 de Maio proximo passado (Annexo B), e começarão a vigorar desde 17 do corrente mez. A reforma procurou dar mais unidade e força á Gerencia, e estendeu o circulo das operações daquella filial, de modo que ella possa acompanhar **o incremento das transacções em uma provincia que tanto se avanta pela sua prosperiedade** (grifo nosso).

O poder político acompanha a visão do por econômico. A declaração datada de 1874 de D. Pedro II sobre as disposições da lei acima referida é evidenciada (BB, 1874, p. s/n.):

Dom Pedro Segundo, por Graça do Deos e Unanime Acclamação dos povos, Imperador Constitucional o Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e nós Queremos a Lei seguinte:

(...) § 2.º O Banco do Brazil em sua secção hypothecaria não poderá nos empréstimos feitos á lavoura exigir juro superior a 6% ao anno, nem amortização annual maior de 5% calculada sobre o total da divida primitiva: os juros e amortização serão pagos por semestres vencidos.

§3.º Os empréstimos realizados pelo Banco do Brazil antes da data desta Lei, sob garantia de hypotheca de estabelecimentos agrícolas, ficão sujeitos á disposição do parographo antecedente.

A relação entre poder econômico e político e seu vínculo são relevantes na análise marxista (BIANCHI, 2008). Na visão do Banco (BB, 1874, p. 4):

(...) O pensamento da lei de 17 de Setembro ultimo é habilitar o Banco (...) importantes **auxílios á lavoura nacional ampliando suas operações** (grifo nosso) (...).

(...) emprego dos 25.000:000\$ em beneficio da lavoura, foi applicada do modo mais effcaz, **conciliando-se a cautella requerida pelo Banco** (grifo nosso), que temia comprometter-se por um prazo menos de tres annos, **com o interesse publico que deve corresponder ao importante favor ora concedido a esse estabelecimento.** (grifo nosso) O Banco terá um anno para cumprir aquella indeclinável disposição da lei, gozando do pleno favor do resgate de suas notas na razão de 2 ½ %; se porém, findo este primeiro anno, não tiver realizado os 25.000:000\$ de empréstimos hypothecarios, no anno seguinte a taxa do resgate sobre a differença será de 4%, no 3º de 6% e de 4º anno em diante de 8%.

A circumscripção territorial para as operações hypothecarias é consideravelmente alargada.

Actualmente só comprehende o município da côrte, a provincia do Rio de Janeiro e os municípios limitrophes de S.Paulo, Minas Geraes e Espirito-Santo; pelo accôrde estende-se a todos os municípios destas provincias, e ás do Paraná e Santha Catharina. (...) recusaria o governo maior circumscripção, mas a administração do Banco não julgou isso praticável, allegando considerações ponderosas, e pedio ser dispensada de uma faculdade que poderia acarretar-lhe queixas de esperanças mallogradas, ao mesmo tempo que difficultasse talvez a organização de outras sociedades locaes (grifo nosso).

O decreto e regulamento de 22 de Julho de 1867 vedão empréstimos hypothecarios inferiores a 10:000\$000, ou superiores a 10:000\$000, ou superiores a 120:000\$000. **Aquelle mínimo tinha sua razão de ser na garantia precária de estabelecimentos agrícolas de tão diminuta importancia. Não obstante, porém, com a dita restricção foi censurada no senado por nimamente rigorosa para com a pequena lavoura, julgou-se conveniente suppprimil-a agora que se dota melhor a repartição hypothecaria, e o Banco inspira bastante confiança por sua solidez e pela experiencia de sua administração.**

O maximo de 120:000\$000 foi mantido, para a mais extensa e equitativa distribuição dos auxílios do Banco, (grifo nosso) e não será de certo considerado muito restricto, desde que se attende á regra legal que prohibe empréstimos excedentes da metade ou tres quartos do valor dos bens hypothecados, segundo são estes ruraes ou urbanos.

Nesse sentido, vejamos que política interessante, focar uma região (sul-sudeste), antes limitando o valor mínimo, por ora não aprovado pelo senado, como consequência, mais produtores pequenos e médios teriam acesso a esse crédito indiscriminado, cooptando-os seus interesses e alinhando-os aos do grupo dominante (BIANCHI, 2008; PORTELLI, 1977). Numa visão materialista, o fenômeno da cooptação (GRAMSCI, 1999) de membros de outras classes se tornam fundamental para o enforcement da concepção de mundo hegemônica da classe dirigente brasileira assim como apontado por NOGUEIRA (2003). E o limite máximo, assumiu-se que era irrelevante sua colocação ou não, devido às restrições com as garantias das operações hipotecárias, que funcionaria como uma ferramenta anticoncentração não há motivos de sua existência. Inclusive em muitos momentos, o Banco do Brasil foi acusado por não auxílio adequado aos cafeicultores (BB, 1878, p. 32):

Vozes autorizadas têm accusado o Banco nas Camaras, na imprensa, e ainda ha poucos dias no Congresso da Lavoura, da falta de cumprimento de suas obrigações; mas, força é confessar, que essas accusações forão vagas e não conseguirão desfazer a verdade, que é só uma. (grifo nosso)

(...) No intuito de dar maior desenvolvimento á carteira hypothecaria, **prestando ao paiz real serviço (grifo nosso)**, é que o Banco em Janeiro de 1875 iniciou a 1ª emissão de letras hypothecarias, por isso que estando esgotado o seu capital, não podia ir além daquillo a que se obrigára, nem pedir recursos que não fossem os autorizados ás sociedades de credito real, e para que tinha faculdade.

Como, pois, desconhecer-se que o Banco emittindo letras a juro de 5% e cobrando 6% dos lavradores, e isto na pequena escala em que o tem feito, não póde auferir lucros que compensem as eventualidades de liquidações, despezas de material e pessoal.

Por tão pouco não valeria a pena soffrer tão graves accusações; mas o móvel que guia o Banco é outro: ---prestar serviço ao paiz (grifo nosso).

Não entrarei em outra ordem de argumentos.

Meu fim é defender a administração do Banco, provando a toda a luz, que este tem cumprido o seu contracto, e effectivamente empregado, ou á disposição da lavoura mais de 25:000:000\$000 em dinheiro (grifo nosso), e quem compulsar os balanços desde o dia 31 de Dezembro de 1874 até hoje, verificará a exactidão do exposto.

Sirvão estas palavras de protesto ás muitas accusações que ao Banco têm sido dirigidas até por aquelles que delle têm recebido auxílios directos (grifo nosso).

Na sede de mais recursos, em um país novo, ainda com os dramas na política monetária e cambial, os agricultores em muitas ocasiões questionavam o papel do banco, que inclusive forjou o dispositivo legal limitando a 25 mil contos a carteira hipotecária. Porém, é interessante o exposto no último parágrafo pelo presidente da instituição: “às muitas accusações que ao Banco tem sido dirigidas até por aquelles que delle tem recebido auxílios directos.” O vínculo material e o apelo ao lucro indiscriminado são a tônica nessa formação específica. A crise econômica do final dos anos 70 tem causa bem explicada pela Instituição, o que reforça seu caráter (BB, 1879, p. 5):

O movimento commercial foi pouco activo por causas geralmente conhecidas, entre as quaes nota-se **a baixa consideravel do preço do café nos mercados consumidores, a secca persistente em algumas provincias do Norte, que tem diminuído a producção do paiz e aggravado os encargos do Estado (...)(grifo nosso).**

A ideia de que a crise ocorria primeiro em diminuição das receitas, com a baixa do preço de café, mas interessante notar que a responsabilidade recai sobre os Estados do Norte, devido à seca e as constantes remessas de capitais efetuadas à época: eram vistos como encargo do Estado (BB, 2010).

Porém não se compara com a relação monetária entre o banco e o governo, representado sobretudo na atenção especial às províncias do sudeste (NETTO, 2009). As inovações advindas com o café também são motivos de comemoração (BB, 1880, p. 6 e 1881, p. 7):

Assim tambem fôra muito para desejar um systema de armazenar nosso café, que dêsse base segura ao contrato de emprestimo sobre penhor. **Estas innovações trarião grandes elementos de vida**

para as instituições de credito com muito proveito do commercio e da riqueza publica (grifo nosso).

Tratando da repartição hypothecaria, devo informar-vos que é **lisongeiro o seu estado, e que, dentro de suas forças, continúa ella aprestar serviços á lavoura (grifo nosso).**"

(...)

Grande tem sido o incremento das operações da Caixa Fial de S. Paulo depois se forão estabelecidas correspondencias nas cidades de Santos e Campinas, que estão estando relevantes serviços ao commercio e á lavoura d'aquella importante provincia.

A administração do Banco aproveita esta ocasião para agradecer aos dignos serviços da Caixa Filial a coadjuvação, que dos mesmo tem recebido (grifo nosso)."

Porém, as medidas se tornam mais diretas e específicas nos anos de 1880 sendo efetuado, inclusive, um Acordo com o Governo Imperial em 1888, devido às "intempéries" causadas pela abolição da escravatura. Vejamos as condições desse *Accordo* (BB, 1888, p. 41-42):

ACCORDO celebrado entre o Governo Imperial e o Banco do Brazil em 3 de agosto de 1888 para auxilios a lavoura

5.a Nenhuma hypotheca se fará por somma menor de dous contos de réis nem maior de vinte contos de réis (...)

6.a O juro será para todas de seis por cento (...)

7.a A zona estabelecida para estas operações comprehenderá as provincias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Santo, sendo destinados quatro mil contos de réis á primeira e oito mil contos de réis para ás tres ultimas.

(...)

9.a O Banco facilitará estas operações, tanto quanto puder (grifo nosso), afim de ter sempre empregado o referido capital (...)

10.a O capital fornecido pelo Governo Imperial não vencerá juro a seu favor (grifo nosso), mas ser-lhe-á restituído integralmente no fim do prazo do contrato, correndo os lucros e prejuizos por conta do Banco (...)

Esse *Accordo* de agosto de 1888 do Banco do Brasil mostra muito bem as generosas relações com o poder dominante já que destina 12 mil contos para o Sudeste brasileiro, os cafeicultores. A taxa também é diferenciada, 6% contra 10% nos empréstimos "normais". E lembrando que o "Banco facilitará estas operações, tanto quanto puder (...)" como apontado acima, evidenciando o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura (PORTELLI, 1977).

Porém, também se percebe a tentativa do Banco de incluir nessa realidade os pequenos produtores da região (contratando até "dous contos"), numa tentativa de aumentar a massa dos adeptos da ideologia cafeeira brasileira por meio das benesses material tanto do banco quanto do Estado na atuação direta na questão cafeeira, ou seja, o fenômeno da cooptação (NOGUEIRA, 2003). Uma tentativa de transformismo (GRAMSCI, 1999) por parte dos intelectuais do grupo dirigente.

Porém deixa de lado os produtores de menor escala, de cunho familiar que não consegue financiar os referidos "dous contos", excluindo os mais pobres da dinâmica estrutural (MUSTO, 2013). O Banco também sai ganhando, já que se trata de um dinheiro sem custo "já que não vencerá juro algum" para o Império, novamente evidenciando o vínculo entre poder político e econômico (BIANCHI, 2008; PORTELLI, 1977).

Adicionado ao grave problema de liquidez que o banco sofria nesses tempos, com avultadas somas emprestadas mais notadamente à Corte e às regiões mais abastadas do país e aos produtores de café, que já nas duas últimas décadas do século sofrem duros golpes na sua dinâmica produtiva, com o fim da mão de obra não remunerada, como eles falavam à época (BB, 1888, p. IV - VII):

No exercicio findo nota-se um decrescimento no movimento da Caixa, devido sem duvida a causas, que não ignoraes, de perturbações económicas que não deixarão de actuar sobre as transações ordinarias do commercio, produzindo uma certa paralysação e estagnação dos negocios.

Apezar da crise, que ha longos annos atormenta a nossa lavoura, fonte de producção do paiz, com a questão da transformação do trabalho servil, a propriedade agricola ainda apresenta base segura para a fundação de instituições de credito real (...)

Quando a propriedade agricola tiver perdido totalmente o seu valor, tudo ficará destruido, a propriedade urbana, os titulos da divida publica, as acções e debentures das Companhias, não terão mais valor algum, porque a lavoura é ainda a exclusiva industria do paiz e a fonte perenne da riqueza publica e particular (grifo nosso).

É cedo para avaliar-se as consequencias da Lei de 13 de Maio sobre o movimento da Carteira hypothecaria.

A prudencia e tino deste estabelecimento, secundado pelos auxilios prestados pelo governo, directa ou indirectamente a lavoura, é de esperar que superarão as difficuldades de momento na substituição de braços livres para laborarem os estabelecimentos agricolas.

Neste intuito, o governo imperial celebrou com o Banco o accordo de 3 de Agosto para constituir-se uma nova secção de credito agricola com o capital de 12.000.000\$000 para auxiliar os lavradores na colheita da safra.

Mais uma vez o Banco não se recusou de cooperar com o seu capital e serviços em favor da nossa lavoura, que prende-se aos interesses vitaes do commercio e ao futuro do paiz. (grifo nosso)

Como bem lembrado por Bianchi (2008, p. 175-176): a “expansão (dos interesses) não poderia aparecer como a realização dos interesses dos grupos diretamente beneficiados”, devendo se aparentar como uma “expansão universal” como se fosse expressão de toda a sociedade.

Nessa direção, essa concepção da classe dirigente, isto é, a ideologia deve se espalhar para toda a sociedade: para isso a filosofia e história se identificam nesse momento: “qualquer filosofia histórica, isto é, orgânica deve prolongar-se através do senso comum”, que é garantido pela “política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico” (PORTELLI, 1977, p. 25). Assim, começamos a verificar o argumento do Banco e das classes dominantes de que o café representa o bem para o Brasil e que sua salvação é questão nacional, de Estado, já que como bem citado mais acima (BB, 1888, p. 7):

(...) Quando a propriedade agricola tiver perdido totalmente o seu valor, tudo ficará destruido, a propriedade urbana, os titulos da divida publica, as acções e debentures das Companhias, não terão mais valor algum, porque a lavoura é ainda a exclusiva industria do paiz e a fonte perenne da riqueza publica e particular.

Com o advento da República (1889) as relações se tornam mais diretas, assim como referido por Netto (2009). Independente do regime político, assim como colocado por Portelli (1977, p. 97), o que determina a política é o interesse material dominante, dos detentores dos meios de produção. Lembremos pois que tanto os militares quanto a própria república oligárquica era balizada pelos mesmos ideais materiais, já que seu poder político era financiado quase que de maneira exclusiva pelos rendimentos do café (BB, 1890, p. 32):

Ainda uma vez a Administração do Banco consultou, menos sus interesses, do que os da lavoura, a quem tem auxiliado ha longos annos, sem outra preocupação que não seja a de cumprir lealmente, os compromissas para tal fim contrahidos com o Governo (grifo nosso). O resultado, porém, deste succinto balanço de lucros e perdas, procedentes da liquidação verificada, **demonstra que o Banco não tem auferido dos auxilios prestados á lavoura vantagens taes, que podessem induzil-o a aceitar novos sentimentos de patriotismo pelo mesmo Governo, que se manifestava então empenhado em debellar a crise do trabalho, com que luctava a lavoura (grifo nosso).**

Na república oligárquica o discurso era o mesmo (BB, 1894, p. 7), evidenciando as questões materialistas (Marx, 1993) independente do poder político (Portelli, 1977):

Elles revelam em alto gráo o tino, o acerto e a grícola com que foi sempre gerida esta Carteira do Banco do Brazil. **Ainda mais: baseados os grícola principalmente na lavoura do café, foram na sua maioria os compromissos saldados com pontualidade, mesmo no grícol grícol da transformação do regimen do trabalho escravo para o trabalho livre, pontualidade esta que por si só faz entrever grícola do maior valor : a grícola do nosso solo e a probidade da classe grícola (grifo nosso).**

Além da própria operação, como vista mais acima (de menos de 1%a.a. de spread e prazos superiores a 10 anos), a problemática operacional enfrentada pelos agricultores com o fim do regime servil, a tolerância e ajuda mútua contínua, o que evidencia o vínculo entre poder político e econômico (PORTELLI, 1977; BIANCHI, 2008). Com a crise de preços do final do século XIX, os auxílios permanecem (BB, 1898, p. 17; 1899, p. 10 – 11; 1900, p. 9):

Os soffrimentos por que está passando a principal industria do paiz, a lavoura, pela baixa extraordinaria que teve o preço do café, muito vai contribuindo para procrastinar a terminação da crise que se pronunciou nas nossas principaes praças do commercio desde 1892.

A historia demonstra que semelhantes crises affectam periodicamente as nações. (grifo nosso)

A do algodão nos Estados Unidos, pronunciada em seguida á abolição da escravidão, tem muitos pontos de semelhança com a do café que ora observamos em nosso paiz.

Esses paizes lutaram resolutamente, as dificuldades desapareceram e os dias de prosperidade voltaram.

Confiemos que o mesmo acontecerá entre nós.

Bem longos têm sido os mesmos soffrimentos; mas nem sempre será assim: «quanto mais longa vai a noite, mais proxima está a alvorada,» diz o proverbio (grifo nosso).

(...)

A persistente baixo do preço do nosso principal producto, o café, e outras de vós bem conhecidas, determinaram certa pressão na praça, resultando d'ahi algumas fallencias, parte das quaes já estão liquidadas, sem terem, felizmente, trazido abalo ao credito do commercio, que, em abono da verdade, arrostando todos os sacrificios, tem sabido desempenhar-se honestamente dos seus compromisso.

Percebemos que diante da superprodução do café em vista, assim como apontado por Netto (2009) e com a crise do excesso de emissões, o relacionamento entre Banco, Estado e a produção de café se tornou a dinâmica principal, pelo menos nos trinta primeiros anos do século XX.

4.2 Exclusão das classes subalternas e abandono das regiões mais pobres do Brasil

No exposto acima verificamos o discurso empregado em prol dos interesses dos cafeicultores, do banco e do Estado como um objetivo comum (PORTELLI, 1977; BIANCHI, 2008).

Assim, indicamos a atuação da política de empréstimos da instituição como extremamente concentrada nas regiões produtoras daquele gênero agrícola, com todos as suas intrínsecas benesses. Agora abordaremos a atuação do banco para com as regiões mais desfavorecidas do país. Nesse interim, percebemos a ideia geral e presente do atraso econômico e social das regiões setentrionais brasileiras, fato esse extremamente impactado pelas políticas anteriores, como as do século XIX. O interesse material (Marx, 1993) dos nossos dirigentes se sobrepõe aos interesses da nação como um todo.

Iniciemos nossa análise, com uma política que visa “atender” aos interesses de outras regiões e classes do país, a questão das Caixas Filiaes, nascidas junto com a terceira fundação do Banco do Brasil na década de 1850, produto das agências dos bancos privados fundidos. As primeiras além de São Paulo e Ouro Preto, foram as do nordeste brasileiro, notadamente em Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará. (BB, 1857, p. 8):

Estes importantes Estabelecimentos apenas contão hum anno de existencia: em tão curto período não he possível avaliar a sua importância futura pelo movimento actual (...) e servido de grande auxiliar, principalmente ás Praças da Bahia e Pernambuco na epocha das safras.

Naquelas duas últimas localidades (MA e PA) era de se esperar a atuação do Banco em prol do bem público e devido às peculiaridades e a pobreza extrema dessas, atuasse com um vínculo mais estreito aos desfavorecidos. Essa caixas não eram agencias no sentido literal, mas tinham uma autonomia, com estatutos e diretorias próprias. (BB, 2010). E crescem rapidamente: no segundo ano de funcionamento (BB, 1858, p. 14 – 15):

Estes estabelecimentos tem correspondido em geral ás esperanças que presidirão á sua criação – suas operações progridem, **auxiliando as praças onde impera sua acção, e facilitando as transacções de umas para outras (...)** (grifo nosso).

	Valor - Ano bancal 1858	Evolução (%)
Carteira em 31.05.1857	10.929.574.041	
Carteira em 31.05.1858	16.119.258.023	147,48%
Diferença para mais	5.189.683.982	47,48%
Emissão em 31.05.1857	16.892.590.000	
Emissão em 31.05.1858	20.975.330.000	124,17%
Diferença para mais	4.082.740.000	24,17%
Lucro - 1858	1.036.884.956	

O movimento de fundos entre as caixas e o Banco central deo em resultado hum saldo a favor deste de Rs. 2.544.085\$739, devido na sua maior parte aos saldos do Thesouro tomados pelo Banco, e á diminuição de transacções entre esta Praça e as do Norte do Imperio.

Em 1860 são narradas a diminuição da carteira das Caixas Filiaes, mesmo essas sendo mais rentáveis que aquela do Rio de Janeiro. Notemos também a importância residual dadas às operações nas províncias mais desfavorecidas (PA e MA):

Tabela 3 - Lucro e relação com capital efectivo

Caixas Filiaes	Lucro - 1860	Lucro/Capital efectivo
Ouro Preto	26:145\$983	ou 26.14 por %
S. Paulo	199:279\$853	ou 24.90 por %
Rio Grande do Sul	81:413\$959	ou 16.28 por %
Bahia	160:326\$044	ou 8.01 por %
Pernambuco	268:328\$204	ou 13.41 por %
Maranhão	48:397\$146	ou 7.56 por %
Pará	60:522\$524	ou 15.13 por %

Fonte: BB, 1860, p. 12

Porém apesar dessa interessante lucratividade, no ano de 1867 é anunciada a descontinuidade das operações das caixas filiais Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Bahia e Pernambuco; foram mantidas as de São Paulo e Ouro Preto, evidenciando a exclusão das regiões dos não-detentores dos meios econômicos do século XIX (NETTO, 2009, p. 188). Os motivos fornecidos foram (BB, 1867, p. 17):

Á sua apreciação não é por certo lisonjeira para os interesses do Banco do Brasil, de cujos sacrificios em favor da maior parte das suas filiaes só colheo a vantagem de concorrer para o progresso e desenvolvimento do commercio e industria das praças em que as estabeleceo. Esses sacrificios, porem, não podem perpetuar-se sem más consequencias para os legítimos interesses d'este estabelecimento (grifo nosso). (...)

A Directoria resolveu liquidar as caixas do Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão (...) **as únicas que julga conveniente manter, que são as de S.Paulo e Outro Preto (grifo nosso).**

Para mais facilmente realizar esta medida a Directoria solicitará authorisação do Ministerio da Fazenda para que as operações de resgate e substituição das notas destas duas caixas possam ser feitas por intermédio das Thesourarias das respectivas províncias.

Diferentemente do observado com as províncias do Norte-Nordeste, há um vínculo importante entre poder político e poder econômico (Portelli, 1977; Bianchi, 2008) na distribuição de recursos e concentração monetária na região cafeeira do Sudeste. Comparemos então que os incentivos à “importante província” paulista já eram destacados ano antes (BB, 1866, p. 14):

(...) A directoria da caixa filial de S. Paulo diz que: — estando reconhecido que as operações d'esta caixa filial são de máxima utilidade para a província, e de que não menos proveito para a praça do Rio de Janeiro, as quaes por ellas entretem e liquidão os seus negocios de compra e venda, **com um centro de valiosa producção e de grande consumo (grifo nosso)**; devendo supôr-se que o proximo trafego de via ferrea desde Santos a Jundiahy, e o proseguimento, que se emprehende d'essa linha a abraçar outros pontos da **província enriquecidos pela lavoura (grifo nosso)**; a cultura do algodão cuja importancia, há tres annos, nem merecia mencionar-se e que sobe hoje a 250 mil arrobas, e promettendo elevar-se brevemente a uma exportação consideravel; o commercio que há de desenvolver-se sob estas condições de trabalho e de actividade de transporte **fará certamente d'esta caixa filial um poderoso e influente intermediário, se for habilitada com os recursos de que em breve tempo carecerá para acompanhar a nova phase, que parece incontestavel ainda aos menos crédulos. Termina solicitando que seja considerada a caixa filial de S. Paulo em relação com o seu prospero andamento e com o que promete em um futuro muito proximo, apenas tão distante quanto podem estar os novos elementos de industria e commercio da província. (grifo nosso).**

O fenômeno da cooptação e tentativa de transformismo (Gramsci, 1999) também é identificado ao final do século XIX. Verifica-se outra atuação direta na instituição para com as regiões menos desenvolvidas (se assim podemos dizer), ainda na época do Império, com a sua ajuda às províncias do norte, datada de 9 de outubro de 1888, mesmo ano da ajuda às províncias cafeeicultoras (BB, 1888, p. 45 - 46):

Neste pensamento, ainda o governo imperial celebrou com o Banco outro accordo de 9 do corrente, para levar também auxilios á lavoura do Norte, nas províncias de Pernambuco, Alagôas, Parahyba e Rio Grande do Norte (grifo nosso) (...)

ACCORDO celebrado entre o Governo Imperial e o Banco do Brazil em 9 de Outubro de 1888 para auxilios a algumas provincias do Norte

1.a O Banco do Brazil estabelecerá na cidade do Recife uma secção de Credito Agricola com o capital de tres mil contos de réis (...) sendo metade fornecida pelo Governo Imperial, por prestações de quinhentos contos de réis, á proporção que cada uma for empregada em empréstimos á lavoura, e metade pelo fundo capital da repartição hypothecaria do mesmo Banco.

5.a Nenhuma hypotheca se fará por somma menor de dous contos de réis nem maior de dez contos de réis (...)

7.a A zona estabelecida para estas operações comprehenderá as **provincias do Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas e Pernambuco, sendo destinados trezentos contos de réis á primeira, quatrocentos contos de réis á segunda e a terceira e mil e novecentos contos de réis á ultima. (grifo nosso).**

Já percebemos a diferença dos Accordos Imperiais no tocante ao valor: 12 mil contos contra 3 mil para as províncias mais pobres, sendo apenas metade financiada diretamente pelo Governo: neste, o capital da carteira é dividido em parte igual com o Banco do Brasil.

E vejamos que para as províncias de fato mais pobres, como Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagôas os recursos destinados são praticamente irrisórios, sendo apenas relevante aquele fornecido à Pernambuco, já secularmente dominado pelo grandes engenhos de açúcar da monocultura latifundiária brasileira. Correspondem, pois, ações claras de aumento da base do grupo de aliados e tentativas de também contemplar os “excluídos”, quando na verdade são contemplados apenas os “incluídos” (NOGUEIRA, 2003). Todavia, novamente, o pequeno empréstimo, denominado “auxílio” foi extinto e entrou em liquidação isso já no início dos anos 90, devido à escassez do meio circulante nas regiões mais importantes do país (BB, 1892, p. 29):

Continúa a ser melindroso o estado da nossa praça.

Causas que vos não são desconhecidas, e avultam como mais proximas, a escassez do meio circulante, pela sua exportação em massa para fóra d'esta Capital, e o retrahimento dos capitaes particulares, receiosos de se comprometterem na grande desvalorisação que tudo assoberba, tem actuado gravemente sobre todas as transacções, difficultando o credito e embaraçando a marcha regular dos negocios.

Já na carta que abaixo transcrevo e que dirigi ao Sr. Ministro da Fazenda, em 23 de Fevereiro do corrente anno, quando este Banco teve a honra de ser consultado por S. Ex. sobre a aorigem d'aquellas difficuldades e os meios de removel-as, assignalei esses motivos como os principaes para determinarem a crise que observamos, e opinei pela conveniencia de intervir o governo no sentido das leis n. 2.565 de 29 de Maio de 1875 e n. 3.263 de 18 de Julho de 1885."

« 1º A escassez do meio circulante é de facto incontestavel; a sua larga exportação para os Estados do Norte da Republica, a sua internação continua nos Estados visinhos d'esta Capital, e, por outro lado, o retrahimento absoluto dos capitaes particulares, naturalmente timidos e receiosos pela desconfiança inevitavel, n'uma conjuntura assim difficil e de diminuição de valores, aggravada pela consideravel e extraordinaria baixa do cambio, tudo, em summa, explica por modo irrecusavel o facto, que ahi está palpavel, não sendo possivel á primeira vista dizer até onde vão as legitimas necessidades das transacções normaes d'esta importante praça, nem tão pouco asseverar, com exactidão, onde por ventura possa começar qualquer demasia, condemnavel, de sua actividade commercial e industrial.

(...)

Continúa a liquidação dos empréstimos aos Estados do Norte, a cargo dos nossos correspondentes em Pernambuco, os honrados Srs. Pereira Carneiro ; C., que a estão realizando sem vexar os devedores.

Como argumento dessa seção, verificamos a postura da sociedade política, e também da sociedade civil acerca da questão com as classes desfavorecidas, sobretudo aquelas afastadas da região da dinâmica cafeeira (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), assim como apontado por Portelli (1977) e Bianchi (2008). O abandono de outrora se faz sentir ainda nos dias atuais (NETTO, 2009).

Assim, como consequência dessa realidade, observamos em primeiro lugar o abandono as classes subalternas e, em segundo, a tentativa de transformismo do intelectual rural e das classes subalternas (e seus intelectuais), com as políticas específicas assim como ensinado por Gramsci (1999).

Com o escasso fornecimento de numerário, por meio do envio de notas ou empréstimos propriamente ditos, às províncias menos privilegiadas economicamente, principalmente aqueles não ligados aos latifúndios do nordeste atual, gozadores de privilégios e poder em outras épocas, ficou alienada de todo o progresso econômico, impelindo-os de todos os “desenvolvimentos” advindos com o capitalismo nascente, a exclusão dos não participantes da dinâmica material (MARX, 1993).

Foram praticamente deixados à sorte de sua existência. Seria essa evidência da exclusão dessa classe do sistema hegemônico, como bem apontado por Gramsci (1999), ao definir a classe subalterna.

Em relação às políticas específicas, verificamos que até a nomenclatura designada tem caráter de dissimulação, como por exemplo, a “Ajuda aos Estados do Norte”. Essas ações não visavam, como numa leitura primeira, mais superficial, o desenvolvimento ou progresso das regiões atendidas. Pelo sua duração, extensão e caráter, percebemos que foi em primeiro lugar empréstimos para regiões outrora envolvidas com a monocultura exportadora, como Pernambuco, atendendo a interesses materiais diretos (Marx, 1993), mas continham também elementos, em segundo lugar, para um agricultor menor, porém não tão menor, aquele de subsistência: mais uma tentativa de cooptação de interesses, tanto do intelectual rural, quanto alguns das classes subalternas (GRAMSCI, 1999).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a utilização da contabilidade como instrumento ideológico com fins hegemônicos pelos grupos dominantes nacionais, mostrando o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura no Brasil Utilizamos para isso os textos constantes nas demonstrações financeiras e relatórios anuais do Banco do Brasil no período compreendido entre 1853 e 1902, por meio da perspectiva crítica, mais especificamente nos conceitos de Marx e Gramsci. Como técnica de pesquisa foi efetuada análise de conteúdo assim como ensinada por Bardin (1977).

Inferimos em primeiro lugar, que o Banco do Brasil foi utilizado como instrumento direto no fornecimento de crédito, em condições extremamente favoráveis para os cafeicultores, sobretudo os grandes, médios e pequenos. Um jogo bem arquitetado entre Estado e os detentores dos meios de produção (proprietários de terras, governo e Banco) que trazia vantagens diretas a esses envolvidos. Porém a agricultura familiar, de subsistência, fora abandonada com os limites operacionais relativos aos empréstimos.

Em segundo lugar, em termos da dialética, era necessário impregnar a concepção de mundo da classe dirigente nacional em todos: criar a ideia que a questão do café não era um problema apenas dos agricultores que se dedicavam ao gênero, mas da nação como um todo. O símbolo da riqueza pública deveria ser incentivado a qualquer custo. Mesmo com as mudanças do poder político, a tônica do discurso continua monocrômica.

Essa transformação do café em bem público é uma tentativa clara do poder dirigente de fazer transparecer as ações do grupo dominante como não apenas com o objetivo de atingir seus interesses, mas sim da sociedade como um todo. Como consequências dessas observações, na análise marxista e gramsciana verificamos a utilização dos textos das demonstrações contábeis e relatórios anuais como instrumentos ideológico com fins hegemônicos, evidenciando o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura no Brasil por meio dos seguintes argumentos: (i) criação da superestrutura necessária à estrutura, com a criação da “realidade” de que o café era um bem nacional, de todos, inclusive por meio do sistema de solidariedade das classes dominantes em relação às outras classes, em geral, os grupos auxiliares, culminando no transformismo do intelectual rural, mais notadamente aquele da porção meridional brasileira e (ii) o isolamento das classes subalternas, principalmente aquelas localizadas nas atuais regiões norte e nordeste do país.

Como contribuições, buscamos evidenciar a contabilidade e estudo em aspectos mais amplos, como sociedade e conflitos. Adicionalmente, que este trabalho seja um incentivo às formas alternativas de pesquisa contábil. Buscamos também as contradições do sistema para libertar os homens de cenários e condições repressivas, o que impede seu entendimento de ser enquanto ser.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL (BB). **Relatórios Anuais dos Exercícios de 1854-1903**. Rio de Janeiro. Brasil, 1854 – 1903.

BANCO DO BRASIL. **História do Banco do Brasil**. Juiz de Fora, ed. UFJF, 2010.

BAKER, C.R.; BETTNER, M.S.. Interpretive and Critical Research in Accounting: A Commentary on its Absence from Mainstream Accounting Research, **Critical Perspectives on Accounting**, 8(4), p. 293-310, 1997.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIANCHI, A.. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. São Paulo: Ed. Alameda, 2008.

BRYER, R.. Marx and Accounting, **Critical Perspectives on Accounting**, 10(5), p. 683-709, 1999, <https://doi.org/10.1006/cpac.1999.0354>

BRYER, R.. **Marx, Accounting and Labour theory of value: a critique of Marxists Economics**, Working Paper, 2005.

CHABRAK, N., HASLAM, J. ; OAKES, H.. What is accounting? The “being” and “be-ings” of the accounting phenomenon and its critical appreciation, **Accounting, Auditing ; Accountability Journal**, 32(5), p. 1414-1436, 2019. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2017-3097>

COOPER, C.. Ideology, Hegemony and Accounting Discourse: A Case Study of the National Union of Journalists, **Critical Perspectives on Accounting**, 6(3), p.175-209, 1995. <https://doi.org/10.1006/cpac.1995.1019>

- COOPER, C.. Accounting for the fictitious: A Marxist contribution to understanding accounting's roles in the financial crisis, **Critical Perspectives on Accounting**, 30 Special Issue, p. 63-82, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.08.002>
- CROTTY, M. **The foundations of social research**. Crow Nest: Allen ; Unwin, 1998.
- EZZAMEL, M., XIAO, J.Z. ;; PAN, A.. Political ideology and accounting regulation in China, **Accounting, Organizations and Society**, 32(7-8), p. 669-700, 2007.
- FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. 22a ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 2007.
- GAMBI, T. F. R.. **O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- GRAMSCI, A.. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HENRY, T. F., MURTUZA, A. ; WEISS, R. E.. Accounting as an Instrument of Social Justice. **Open Journal of Social Sciences**, 03(01), p. 66-81, 2015. <https://doi.org/10.4236/jss.2015.31009>
- LAUTOUR, V., WICKRAMASINGHE, D. ; BERLAND, N.. From critical accounting to an account of critique: The case of cultural emancipators. **Accounting Forum**, 2019. <https://doi.org/10.1080/01559982.2019.1588452>
- MALDONADO, L.K.. La problemática de la ganancia em la economía y su relación con la contabilidad empresarial, **Economía Informa**, n. 383, p. 23-63, 2013.
- MARX, K.. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MUSTO, M.. **Marx for today**. 1ª ed. Londres: Routledge, 2013.
- NETTO, A. D.. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- NOGUEIRA, M. A.. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, 18(52), p. 185-202, 2003.
- PACHECO, C. **História do Banco do Brasil**. São Paulo: Ed. Instituto de Economia da Associação Comercial, 1973.
- PORTELLI, H.. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PRADO JR, C.. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.
- SAYED, S.. Financial Reporting como instrumento ideológico para fins hegemônicos. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 13(2), 154-175., 2020. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2020130208>
- SPENCE, C.. Social accounting's emancipatory potential: A Gramscian critique. **Critical Perspectives on Accounting**, 205-227, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.06.003>

TINKER, A., MERINO, B. ; NEIMARK, M.D.. The Normative Origins of Positive Theories: Ideology and Accounting Thought. **Accounting Organizations and Society**, 7, p. 167-200, 1982. [http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(82\)90019-8](http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(82)90019-8)

TINKER, T. ; CARTER, C.. Spectres of Accounting: Contradictions or Conflicts of Interest?. **Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter**, IEEE. 1010. p. 577-5823, 2003.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

XU, L., CORTESE, C., ; ZHANG, E.. Ideology diffusion and the role of accounting: A Gramscian approach to understanding China's transition from 1949 to 1957. **Accounting History**, 19(4), p. 434-451, 2014. <https://doi.org/10.1177/1032373214542554>